da possibilidade de designar um vigia permanente para a E. E. "Azarias Ribeiro", que sofreu dois arrombamentos; g) do Vereador Sebastião dos Santos Vieira: pedindo informação à Prefeita sobre o reinício das obras que vêm sendo executadas no Bairro Jardim Fabiana, bem como a previsão para o seu término. Nada mais havendo a ser tratado, em nome de Deus, foi encerrada a reunião.

Ata da Primeira Reunião Ordinária do Décimo Primeiro Período de Reuniões da Câmara Municipal de Ibaiti, da Sessão Legislativa de mil novecentos e noventa e quatro. Aos sete dias do mês de novembro do ano em curso reuniram-se na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Ibaiti os Vereadores: Álvaro Eustáquio Pedrosa – Presidente, Antônio Marcos Possato – Vice-Presidente, Evandro Castanheira Macedo – 1º Secretário, João Batista de Resende – 2º Secretário, Luiz

Augusto de Paula Lima - Tesoureiro, Nilson Teodoro de Carvalho, Hélio Haddad, Edson Alves de Moreu, Eduardo Luis Narani, Lafayette Ruiz Moorgal de Andrada, Daniel Costa, Ennio Nemes de Siqueira, Sebastião dos Santos Vieira, Sebastião Carlos Torres e João Caetano Neto. A ata anterior foi lida e aprovada. O Secretário fez a leitura das correspondências recebidas: convite para o 1º Seminário Nacional de Direito Administrativo; Prefeitura Municipal de Coqueiral, ofício nº 759/94 SML, do Comandante do 8º BPMMG, fazendo esclarecimentos; informações do Secretário Municipal de Administração; Of. nº 703/94, da Secretária M. Fazenda, enviando o percentual de incidência da folha de pagamento, obrigações patronais sobre a receita corrente dos meses de julho a outubro de 1994; ofício nº 917/94, do Gabinete da Prefeita, fazendo informações; ofício nº 030/94, enviando balancete e documentos comprovando o movimento de setembro/94. Deram entrada na casa os Projetos: 1) Projeto de Lei nº - (Autoria do Vereador Álvaro Eustáquio Pedrosa) "Dá denominação de rua Magda Castanheira Macedo". 2) Projeto de Lei nº - (Autoria do Vereador Álvaro Eustáquio Pedrosa) "Dá denominação de rua José Passato". Foi subscrito pelos Vereadores João Batista de Resende, Edson Alves de Moreu e Nilson Teodoro de Carvalho. 3) Projeto de Lei nº - (Autoria do Vereador Evandro Castanheira Macedo) "Dá denominação de rua Prof. José Vitor da Silveira". Foi subscrito pelo Vereador Luiz Augusto de Paula Lima. 4) Projeto de Lei nº - (Autoria do Vereador Antônio Marcos Passato) "Dá denominação de Avenida Samuel Carvalho".

Foi subscrito pelos Vereadores João Batista de Rezende, Edson Alves de Moreu e Nilson Teodoro de Carvalho. O Projeto, de autoria do Vereador Álvaro Eustáquio Pedrosa, que "Dá denominação de rua José Possato". 5) Projeto de Lei nº - Autoria do Vereador Álvaro Eustáquio Pedrosa) "Declara de Utilidade Pública o Quinze de Novembro Esporte Clube". Nos pronunciamentos da Mesa, o Presidente concedeu o uso da palavra ao Sr. José Carlos Costa, Diretor e Professor da Academia de Karatê Oyama, que em seu pronunciamento pediu apoio financeiro da Câmara para a participação dos atletas da Academia no Campeonato de Karatê Oyama Kyokushinkai, na cidade de Itabuna - BA, no dia 20 de novembro. A Mesa disse-lhe que estudaria aquela possibilidade e depois daria-lhe a resposta. O Sr. José Carlos agradeceu pelo espaço que lhe foi concedido e se despediu. No próximo momento, o Presidente convidou a Secretária M. Fazenda, Sra. Carmem Menicucci de Aquino para fazer parte da Mesa dos Trabalhos. A pedido do Vereador Nilson Teodoro de Carvalho a Mesa Diretora convidou a Secretária para aquela reunião, para que prestasse melhores esclarecimentos sobre os assuntos atinentes à sua Secretaria. O Vereador Nilson Teodoro de Carvalho pediu a palavra e disse que pediu a presença da Secretária na Casa porque em uma reunião que teve com a Prefeita, onde a Secretária também estava presente, solicitou à Chefe do Executivo que fosse adquirida uma moto-niveladora para atender às necessidades da zona rural, tendo em vista o trâmite do Projeto de Lei nº 021/94 pela Câmara. Interrompendo a conversa entre o Verea-

dor e a Prefeita a Secretária disse-lhe que aquele não era o papel do Vereador e sim o de legislar. A Secretária, com a palavra, disse-lhe que a aquisição de equipamentos dependia de uma análise da situação financeira do Município, vendo se cresceu a receita ou diminuiu a despesa, motivo pelo qual interveio na conversa. A Secretária informou ainda que o pagamento que seria efetivado ao SOMA, comparando com o pagamento de bolsas de estudo, corresponderia a 70% do que se paga em bolsa, mais amortização e juros. O Vereador Luiz Augusto de Paula Lima pediu a palavra e disse que as informações que chegaram à Casa sobre o Projeto SOMA eram "mascaradas", continham a verdade mas não toda como, por exemplo, a aquisição dos caminhões já estava incluída no orçamento para 1995, mas não entrou no cálculo da capacidade de endividamento do Município; 90% da canalização dos córregos seriam por gabiões abertos e não fechados como se fazia entender. A Secretária disse-lhe que foi a única contra o financiamento dos equipamentos, dependendo a compra à vista à época da arrecadação do IPVA, tendo em vista a base de juros altíssimos. O Vereador Luiz Augusto de Paula Lima observou que os juros do Projeto SOMA seriam pagos pelo atual Governo, mas o próximo Prefeito quem pagaria a obra. Citou também os valores fixados para as subvenções para o ano de 1995, achando-os insignificantes. A Secretária disse-lhe que preferia trabalhar com os pés no chão, uma vez que a receita já estava estabelecida, não havendo crescimento, e os repasses da União e do Estado estavam fixos. Os

se que entendia o posicionamento do Vereador, mas os gastos deveriam ser controlados para que os programas pudessem ser efetuados. O Vereador disse-lhe que teria de acabar com uma série de programas e dar prioridade a outros, especificamente aos de alimentos. Disse que estava preocupado com os valores estipulados para as subvenções e perguntou-lhe qual foi o critério para que se chegasse até eles. A Secretária explicou-lhe que julgou-se a inflação do período e aplicou-a sobre as subvenções do ano passado. O Vereador chamou a atenção para os 2 Projetos de Lei que autorizava a concessão de contribuições correntes a entidades e analisando-os com a Secretária, esta verificou que os mesmos continham erros na distribuição das entidades, que deveriam ser classificadas de acordo com suas finalidades, ou seja, de assistência social, médica ou educacional. Disse que falaria à Prefeita para que fosse solicitada a devolução dos Projetos. O Vereador Nilson Teodoro de Carvalho perguntou à Secretária sobre a saúde no Município. A Secretária informou-lhe que estava havendo uma reestruturação no atendimento, sendo que o prédio do Hospital Lúcia Pinheiro deveria ser alugado para aquele fim. Disse que acharam mais interessante que a Prefeitura e o Fundo Municipal de Saúde montassem um sistema de medicina especializada. O Vereador Nilson Teodoro de Carvalho perguntou ainda à Secretária se ela sabia da existência de algum convênio para o atendimento a pessoas de outras cidades. A Secretária disse-lhe que não saberia lhe informar porque aquela não era a sua área. O Vereador agradeceu à Secretária pela sua presença àquela reunião e disse-lhe que era di-

fácil ver uma solução para a canalização dos córregos. Perguntou-lhe o que achava do Projeto SOMA e se a Câmara deveria aprová-lo. A Secretária respondeu-lhe que aquela era uma decisão exclusiva da Câmara. O Vereador Ernesto Mendes de Siqueira, ao seu tempo, perguntou à Secretária se no pagamento das parcelas do Projeto SOMA não eram calculados juros sobre juros. A Secretária respondeu-lhe que o primeiro pagamento já estava estabelecido e, depois, seria observado o que foi fixado no organograma, levando-se em conta o saldo devedor. O Vereador Sebastião dos Santos Vieira comentou sobre um grupo de dentistas que promoveria uma ação contra a Prefeitura, no caso da municipalização da saúde, alegando que prestaram serviços pelo SUS há vários anos. A Secretária respondeu-lhe que nunca tomou conhecimento de pagamentos daquele tipo, que seria um número empregatício e, talvez, aquele problema fosse com o INSS. O Vereador João Batista de Rezende ressaltou a necessidade da aquisição de uma moto-niveladora (patrol) para a conservação das estradas da zona rural. A Secretária disse-lhe que parecia que algumas mudanças estavam ocorrendo naquela área porque aquela competência passou da Sec. M. Obras para a Sec. M. Agricultura, foram comprados 2 tratores e estavam adquirindo o terceiro. Disse que com a mudança a Secretaria M. Agricultura teria que estudar e planejar tudo. O Vereador Luiz Augusto voltou a falar à Secretária e perguntou-lhe o que achava da terceirização. Ela respondeu-lhe que achava que dali para frente tudo deveria ser terceirizado, mas o problema era com o paga-

mento dos funcionários. Disse que teria de ser um plano a longo prazo. O Vereador Luiz Augusto de Paula Lima disse-lhe que via um problema mais sério: a terceirização estava sendo usada para pagar funcionários que não pertenciam ao quadro permanente da Prefeitura Municipal de Ibairas. O Vereador Eduardo Luis Marani disse à Secretária que o problema da zona rural seria amenizado com a aquisição de uma moto-niveladora. Perguntou-lhe se o equipamento não seria adquirido naquele ano. A Secretária respondeu-lhe que quando disse que preferia a compra à vista do equipamento, não quis dizer que o mesmo não pudesse ser incluído no orçamento. O Vereador perguntou-lhe o que aconteceria se acontecesse uma emergência e a arrecadação do IPVA tivesse de ser usada e a compra da moto-niveladora ficasse de lado. O Vereador Luiz Augusto de Paula Lima pediu aparte e disse que uma vez que a moto-niveladora só poderia ser comprada através do leasing, deveriam ser comprados com a arrecadação os dois caminhões. Traria a autorização para a aquisição dos dois caminhões e deixaria para a moto-niveladora. Disse que a Câmara era autônoma para decidir. A Secretária concordou com o Vereador e disse que com o dinheiro disponível seria-se a possibilidade da compra à vista dos equipamentos (caminhões). O Vereador Edson Alves de Abreu usou da palavra e perguntou à Secretária qual foi o motivo da mudança do serviço de mecanização para a Secretaria M. Agricultura. A Secretária não soube informar-lhe. Ao final, o Vereador disse-lhe que seria mais importante a prioridade para a aquisição de uma

moto-niveladora para atender à zona rural. O Vereador Sebastião Carlos Torres disse à Secretária que verificou a arrecadação, bem como as despesas do Município, quando constatou um déficit. Disse que ficou preocupado com os dados colhidos. Perguntou à Secretária sobre a publicidade daqueles demonstrativos. A Secretária respondeu-lhe que aqueles demonstrativos eram publicados trimestralmente. Quanto ao orçamento para 1995, onde os gastos já estavam lançados, como foi observado pelo Vereador, explicou que todo gasto do período anterior foi dolarizado, julgando de 18%, índice da inflação prevista, e multiplicando o valor por doze. Explicou que houveram por bem que fizesse parte do Orçamento para 1995 o que já estava planejado como, por exemplo, habitação popular, para a qual eram destinados dez mil reais. Disse que tinham certeza que não viria verba no próximo ano para aquele fim, mas como garantia fizeram constar do orçamento para aquele ano. O Vereador Luiz Augusto de Paula Laima pediu aparte ao Vereador e disse à Secretária que os gastos com *outdoors*, faixas e placas não estavam incluídos no orçamento. Disse que os mesmos não acrescentavam nada e o dinheiro gasto ali poderia ser utilizado em outra coisa para o Município. Já ao final, o Presidente agradeceu à Secretária pela sua presença e pelos esclarecimentos dados aos Vereadores. A Secretária disse que sempre estaria à disposição da Câmara e ressaltou que a Secretaria da Fazenda era altamente técnica, um pouco política também, mas não tinha qualquer pretensão política. Retornando a ordem dos trabalhos foram discutidos e votados os Boxetes: 1) Re

jeto de Lei nº - (Autoria do Vereador Antônio Marcos Possato) "Declara de Utilidade Pública a Associação Atlética Ferroviária". Em primeira discussão e votação. O Vereador Evandro Castanheira Macerda requereu regime de urgência para a matéria, o que foi aprovado. Em votação, o Projeto foi aprovado à unanimidade. 2) Projeto de Lei nº - (Autoria do Vereador Daniel Costa) "Dá denominação de rua Jair Ferreira" Em primeira discussão e votação. O Vereador Nilson Teodoro de Carvalho requereu regime de urgência, o que foi aprovado. A votação foi secreta e os Vereadores Antônio Marcos Possato e João Batista de Rezende fizeram a apuração dos votos. Quinze Vereadores votaram e o Projeto foi aprovado à unanimidade. No momento seguinte, os Projetos que haviam dado entrada na Casa passaram pelas Comissões Permanentes e foram determinados para a Ordem do Dia da próxima reunião, para primeira discussão e votação, bem como os Projetos de Lei nºs 029/94 e 030/94. Para estes dois Projetos o Vereador Ennio Mendes de Siqueira disse que a doação do imóvel era mais do que justa porque as duas empresas para as quais pretendia-se fazer as doações gerariam muitos empregos e elevariam o nome de Lavras na área industrial. O Vereador fez parte da Comissão Especial, juntamente com os Vereadores Eduardo Louis Marani e Luiz Augusto de Paula Lima, que visitou as duas empresas. Os Projetos de Lei nºs 025/94, 026/94 e 027/94, referentes ao Orçamento para 1995, receberam os Pareceres da Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas, e também foram determinados para a

Ordem do Dia da próxima reunião. O Vereador Luiz Augusto de Paula Lima pediu vista ao Projeto de Lei nº 021/94, porque pretendia apresentar emenda ao mesmo. Na última parte dos trabalhos, nos pronunciamentos, o Vereador Sebastião dos Santos Vieira solicitou à Mesa que fosse enviado ofício à Prefeita e ao Comando do 8º BPMMG solicitando alguma providência enérgica para resolver o problema de trânsito, estacionamento e mesas nos passeios, na Praça Dr. Augusto Silva. A Mesa deferiu os seguintes requerimentos para que fossem oficiados às autoridades competentes: a) do Vereador Evandro Castanheira Loaerda: pedindo pavimentação asfáltica para a rua 21 de Outubro, na Vila Murad; pedindo a colocação de dois postes de iluminação pública na rua Maria Madalena Fernandes, em frente aos nºs 11 e 15; pedindo calçamento para a rua Jerino Tristão; b) do Vereador Emrio Mendes de Siqueira: enviando agradecimentos à Prefeita pela concessão de cestas básicas para os servidores públicos municipais que recebem um salário mínimo; pedindo a aquisição de melhor aparelhagem para captação de sinais de TV na cidade; pedindo a demarcação de um ponto de ônibus na Ponte do Funil; pedindo o cancelamento de acréscimos legais até o dia 31/12/94, para o pagamento do IPTU; pedindo informações ao Secretário M. Saúde sobre prováveis problemas de administração em sua Secretaria; pedindo recapeamento asfáltico para a rua, diga, à Av. Evaristo Gomes Guerra, em frente ao nº 100; pedindo a colocação de um poste de iluminação pública na rua José Amicto da Silva; c) do Vereador Antônio Marcos Rossato: pe-

dindo informação à Repita sobre a concessão de cestas básicas aos servidores p. municipais; enviando cumprimentos ao Comte. do 8º BPMMG e ao Comandante Geral da PMMG pela operação "Fronteira"; d) do Vereador Ennio Mendes de Siqueira, subscrito pelos Vereadores Nilson Teodoro de Carvalho, Sebastião dos Santos Vieira e Antônio Marcos Passato: manifesto contra a colocação de mesas e cadeiras nos passeios e ruas em frente a alguns bares da cidade; pedindo ao Secretário M. Saúde prioridade para o atendimento médico de crianças e idosos; pedindo alguma providência por parte do Executivo para solucionar o problema de uma árvore na Pça Dr. José Esteves prestes a cair. Nada mais, foi encerrada a reunião.

Alvaro Santiago Neto
El Lauda.
Elvis
Otto Heidel
Rogério Brandão
Wagner
Jair
João Batista Neto
Daniel Costa

Ata da Segunda Reunião Ordinária do Décimo Primeiro Período de Reuniões da Câmara Municipal de Barras, da Sessão Legislativa de mil novecentos